- XXXIII -**ORGANIZAÇÃO CURRICULAR PARA O ENSINO MÉDIO
A PARTIR DOS PROJETOS DE REESTRUTURAÇÃO
CURRICULAR (PRC) NO ÂMBITO DO PROGRAMA
ENSINO MÉDIO INOVADOR (PROEMI)****Roberta Freire Bastos****INTRODUÇÃO**

O Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI) foi criado em 2009 pelo Ministério da Educação (MEC) e estabelecido pelo Parecer CNE/CP n. 11/2009. Sua finalidade foi apoiar e fortalecer os sistemas estaduais de educação na adoção de propostas curriculares inovadoras nas escolas de ensino médio não-profissionalizantes.

A perspectiva de organização curricular apresentada no Documento Orientador do ProEMI pressupunha a possibilidade de articulação interdisciplinar voltada para o desenvolvimento de conhecimentos diversos e propunha um processo dinâmico, participativo e contínuo, capaz de estimular novas formas de organização das disciplinas articuladas com atividades integradoras, a partir das interrelações existentes entre os eixos constituintes do ensino médio, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para essa etapa do ensino, ou seja, o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura (BRASIL, 2009).

O Projeto de Reestruturação Curricular (PRC) constituiu-se em uma das ações para operacionalização do ProEMI. Por meio deste documento as escolas deveriam especificar os macrocampos contemplados, os tipos de atividades, os objetivos, as metas e os investimentos da unidade de ensino em conjunto com a Secretaria estadual de Educação.

No âmbito da pesquisa “Programa Ensino Médio Inovador: condições de trabalho e formação docente”, é objetivo deste texto é apresentar um recorte dos dados referentes à elaboração dos PRCs nas escolas que fizeram parte da amostra da pesquisa, sob o ponto de vista da participação dos/as trabalhadores/as na elaboração da proposta curricular.

ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Do ponto de vista epistemológico, a pesquisa se debruçou sob a análise cognitiva de políticas públicas, referenciada em Muller e Surel (2002). Essa abordagem reforça a necessidade de apreender as políticas públicas como matrizes cognitivas e normativas, o que significa constituir sistemas de interpretação do real, no interior dos quais os diferentes atores públicos e privados poderão inscrever sua ação (MULLER; SUREL, 2002).

Muller e Surel (2002) destacam que o atual desafio da pesquisa é o da constituição de um quadro de análise sistêmica da ação pública que ultrapasse os limites da abordagem sequencial, que apontava para um tipo ideal de ação pública. De modo contrário à abordagem sequencial, os autores consideram que uma política é, ao mesmo tempo, um constructo social e um constructo de pesquisa e, por isso, coloca problemas difíceis de identificação e de interpretação. A política pública é concebida, então, como “um vasto processo de interpretação do mundo”, porque ela permite aos atores “compreender as transformações de seu contexto” (MULLER; SUREL, 2002, p. 50).

Os primeiros procedimentos metodológicos consistiram no levantamento da produção acadêmica sobre o ProEMI no período de 2011 a 2016 no banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e em artigos científicos encontrados no Scielo e no levantamento in loco dos dados referentes aos recursos financeiros enviados pelo FNDE ao estado do Espírito Santo.

Em seguida, o grupo de pesquisa realizou estudos de caso em 5 escolas de ensino médio da rede estadual do Espírito Santo, selecionadas a partir de dois critérios: a escola ter implantado o ProEMI em 2012 (ano que deu início no estado) e de localização (uma escola no norte do estado e outra no sul; três escolas localizadas na Grande Vitória). A definição do número de escolas (cinco) ocorreu em consonância com o objetivo de realização da pesquisa.

Após o levantamento das escolas que cumpriam esses requisitos, foi realizado o sorteio. Durante o período de 4 anos da pesquisa, foram coletados uma ampla gama de dados de cada escola, incluindo histórico, matrícula, quadro de professores; estrutura física etc. Ademais, foi aplicado um *survey* entre os professores e pedagogos de cada escola com a aplicação de 120 questionários.

Realizou-se também entrevistas semiestruturadas com os diretores e pedagogos que coordenaram o ProEMI nas escolas, além de entrevistas com técnicos do MEC e da SEDU que estiveram na formulação e execução da política. Ainda no campo institucional de cada escola, após análise do *survey*, houve a realização de 5 grupos focais com professores e

pedagogos, com roteiro específico, a fim de cobrir algumas lacunas ainda existentes. Em relação à análise documental, foram estudados os documentos orientadores do ProEMI e os PRCs de cada escola, cuja apresentação mais detalhada segue na seção seguinte.

ANÁLISE DA ELABORAÇÃO DOS PRCs A PARTIR DA PARTICIPAÇÃO DOCENTE

O detalhamento das atividades foi submetido a uma análise de conteúdo (BARDIN, 1977), por meio de categorizações, para a verificação do nível de flexibilidade, dinamicidade e contemporaneidade do currículo.

De acordo com os dados dos survey, em um primeiro momento de avaliação do programa, 23% afirmaram que as metas previstas para os PRC's foram cumpridas, enquanto 52% disseram não saber. A princípio, esses dados já apontam para uma possível rotatividade dos profissionais já conhecida na realidade da educação brasileira.

No que se refere aos trabalhadores docentes, do universo pesquisado, 32,3% dos entrevistados atuam como professores temporários, mas mais da metade dos respondentes não puderam avaliar a execução dos PRC's. A princípio, inferiu-se que, mesmo como professores efetivos, é possível que haja uma rotatividade grande dos docentes entre as instituições. Porém, mesmo não participando da elaboração dos PRC's, 47,4% afirmaram que a instituição disponibiliza espaço para reuniões e debates, enquanto 37,7% não souberam responder.

Os dados do survey, no que diz respeito ao trabalho docente, mostram que a promoção de mudanças nas formas de organização curricular para o ensino médio devem ser articuladas a políticas de valorização profissional, pois a elaboração e efetivação dos PRCs depende também de um corpo docente que faça parte dessa proposta e tenha condições de se envolver no compromisso de colocá-la em prática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

O ProEMI possui problemas difíceis de identificação e de interpretação, conforme Muller e Surel (2002) caracterizam a configuração da política pública no século XXI, mas a diversidade de dados alcançados na pesquisa proporcionaram importantes apontamentos. As análises dos PRCs e dos dados sobre sua organização (entrevistas e survey) demonstram que essa proposta de redesenho curricular teve uma boa aceitação discente, promoveu ampliação

da carga horária para 07 horas, a realização de oficinas, a promoção do hábito da leitura, entre outras experiências positivas. Por fim, os dados mostram o quanto escolas que pertencem à mesma rede de ensino possuem realidades, condições e maneiras distintas de transformar uma mesma política.

REFERÊNCIAS:

BARDIN, L. *Análise de conteúdos*. Lisboa: Edições 70. 1977.

BRASIL. MEC/SEB. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Concepções e Orientações Curriculares para a Educação Básica. Coordenação Geral de Ensino Médio. Programa: Ensino Médio Inovador. *Documento Orientador*. Brasília: set., 2009. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/documento_orientador.pdf> Acesso: 07 Jan. 2019.

MULLER, P. e SUREL, Y. (2002). *As análises das políticas públicas*. Pelotas: Educat.